

MUDAR O DISCURSO, REPETIR A FARDÃ

O que as propostas para a **Segurança Pública** dos candidatos ao Governo dizem **sobre o futuro da Bahia?**



ELEIÇÕES 2026:

UM OLHAR SOBRE AS PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NA BAHIA

As eleições 2026 se aproximam e na Bahia o tema que parece ser definidor dos debates políticos é a segurança pública. Segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança publicado no último dia 23 de julho de 2026, a redução geral das Mortes Violentas Intencionais (MVI) não foi acompanhada por uma diminuição proporcional da violência produzida pelas forças de segurança pública¹. Ao contrário, a letalidade policial permanece como elemento estruturante da política de segurança pública brasileira, concentrando-se principalmente sobre homens jovens, negros e residentes de territórios periféricos.

A letalidade provocada pelos agentes de Estado cresceu 5,4% em 2025, resultando na morte de 6.602 civis, o maior número absoluto da série histórica iniciada em 2016, e chega em 2025 correspondendo à 16,2% de todas as Mortes Violentas Intencionais no Brasil, a maior participação desde que o conceito de MVI passou a ser utilizado em 2014.

Entre 2016 e 2025, o incremento no número de mortes em intervenções das polícias Civis e Militar foi de 55,7%.



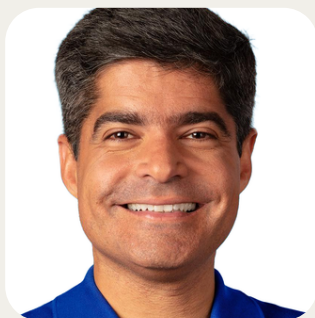
As taxas de letalidade segundo as Unidades da Federação demonstram a diversidade de realidades que coexistem no país. A Bahia é o segundo estado com maior taxa relativa de mortes pelas polícias do país: com um índice de 10,6, por cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas do Amapá, que concentra um índice de 17,1 por 100 mil habitantes. Contudo, em números absolutos, a Bahia está, pelo quarto ano consecutivo, na dianteira destes dados totalizando 1.570 pessoas mortas em 2025 – cifra que representa quase um quarto do total de casos do Brasil.

É neste cenário que Jerônimo Rodrigues, atual governador da Bahia (PT-BA) e candidato à reeleição, conclui o quinto mandato do Partido dos Trabalhadores na Bahia, tendo sido antecedido por Rui Costa (2015 – 2022) e Jacques Wagner (2007 – 2014). É justamente este o ponto central das críticas do seu principal adversário neste pleito, ACM Neto do União Brasil e descendente de uma tradição política coronelista no estado.



JERÔNIMO RODRIGUES (PT)

Concorre nesta eleição encampando o lema **“A Bahia do Cuidado”** e apresenta seu plano de governo dividido em três grandes eixos: **Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos; Governança Democrática.** Além disso, elegeu como temas transversais prioritários a sustentabilidade, ciência, tecnologia, inovação, igualdade racial, direitos das mulheres e protagonismo das juventudes. Para o campo da segurança pública, suas principais propostas giram em torno do fortalecimento do modelo já em execução no seu atual governo, focado em ações policiais ostensivas e a promessa de investimentos em ações sociais e inteligência.



ACM NETO (UNIÃO)

Entendendo que a segurança pública é um dos maiores pontos fracos da gestão petista, encampa o lema **“Mudança com Segurança”**. O candidato apresenta seu plano dividido no que ele chama de **“Trindades da Mudança”**: **Trindade da Vida Digna – Segurança Pública, Saúde e Educação; Trindade da Prosperidade Territorial – Emprego e Promoção Econômica, Infraestrutura, Habitação e Promoção Social e; Trindade do Futuro Baiano – Cultura, Meio Ambiente e Inovação.**

A primeira trindade é iniciada justamente com o tema da segurança pública. Intitulada “Segurança pública e defesa do cidadão”, promete que **“A Bahia vai voltar a ter comando”**, uma escolha de linguagem interessante para um candidato originário de uma família tradicionalmente coronelista e que liderou o grupo político que governou o estado por mais de 30 anos.

Suas principais propostas estão fundadas no que ele denominou de comando único e direto pelo Governador através da “Governadoria da Segurança”. Ele propõe, dentre outras coisas, a criação do Gabinete de Gestão por Resultados, com reuniões semanais e mensais presididas pelo Governador para cobrança de metas públicas regionais de redução de homicídios e de letalidade policial.

Seguindo sua narrativa de como vai tirar a Bahia da crise da segurança pública, o plano do candidato afirma que “a Bahia cansou de ter medo” e que houve redução de efetivo policial. **No seu plano, Jerônimo afirma que nos 5 mandatos do PT, o efetivo policial aumentou em 11 mil policiais. Ser verdade de um ou outro, é o menos relevante neste momento de discussão, o que importa é que o discurso deles apresenta como solução a mesma lógica policalesca e militarizada, que reduz a segurança pública à essa disputa sobre a maior ou menor capacidade de confronto.**

¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. Edição 20. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

Isso explica os números alarmantes de letalidade policial no Estado. As propostas de segurança pública presentes **nos planos de governo dos dois principais candidatos ao governo da Bahia revelam abordagens distintas, mas centradas na mesma lógica repressiva e pouco atinente à necessidade de transversalizar a segurança pública com os demais direitos sociais.**



ARIEL CAPISTRANO (DEMOCRACIA CRISTÃ - DC)

Apresenta um conjunto de medidas objetivas voltadas para a ampliação da presença policial e da estrutura técnica, **focando na ampliação do efetivo das polícias Civil, Militar e Técnica, além do reforço do policiamento ostensivo em áreas urbanas e rurais.** Esse candidato também apela ao investimento em inteligência, tecnologia, monitoramento eletrônico, ampliação do videomonitoramento e fortalecimento das guardas municipais por meio de convênios com os municípios.



RONALDO MANSUR (PSOL)

É o único que defende uma mudança de paradigma para uma Segurança Cidadã, criticando o modelo punitivista, a militarização e a lógica da "guerra às drogas", contudo, o candidato apresenta propostas que extrapolam as atribuições e competências constitucionais de um governador de estado, como: a desmilitarização da polícia, que exige Emenda Constitucional; eliminação dos autos de resistência que exige alterações no Código Penal e Código de Processo Penal; regulamentação do uso medicinal e recreativo de cannabis, que exige a descriminalização a nível federal. Contudo, três propostas são interessantes à mudança de paradigma proposta e condizentes com as competências de um governador: apoio psicológico e indenização às vítimas de violência de Estado; veto à privatização ou gestão compartilhada de presídios; e fortalecimento da Defensoria Pública.



AROLDO FÉLIX (UNIDADE POPULAR)

Apesar de apontar o horizonte de redução da letalidade policial, articulando com a defesa e garantia de direitos sociais básicos como saúde, educação e moradia digna, **o plano esbarra em graves entraves constitucionais e institucionais.** Pautas centrais apresentadas pelo candidato como a desmilitarização da polícia, redução da jornada de trabalho e suspensão da dívida pública, por exemplo, não estão no rol de competências do governador.



MARIA BONA (PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA - PCO)

Apresenta uma proposta que recusa o modelo policial tradicional, propondo a dissolução da Polícia Militar e de todo o aparato repressivo do Estado e a implantação de sistemas de Autodefesa Operária e Popular com a criação de comitês de autodefesa formados por trabalhadores, camponeses e comunidades indígenas.

e para
uma cidade
mais justa.



A ENCRUZILHADA SEM EXU DA LETALIDADE POLICIAL NA BAHIA

Cenas que se repetem há décadas nos territórios negros e periféricos da Bahia: é a mãe que não dorme enquanto o filho não chega; é o WhatsApp que apita de madrugada avisando que houve confronto no bairro; é a espera do velório antes mesmo do enterro, porque muitas vezes o corpo demora mais para ser liberado do que para ser executado. No Odara, batizamos estas cenas com o nome do nosso projeto de assistência jurídica às famílias enlutadas pela violência policial: “Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar”. E são essas mesmas cenas, repetidas em milhares de casas, que os planos de governo dos candidatos ao Palácio de Ondina em 2026 escolhem, na maioria das vezes, não olhar de frente.

A Bahia é hoje o estado que mais mata no Brasil. Foram 5.473 mortes violentas intencionais em 2025, e a letalidade policial sozinha respondeu por quase 29% desse total, a maior proporção do país.

O perfil de quem morre pela mão do Estado não é surpresa para quem vive nos territórios: quase todo homem, quase todo jovem entre 18 e 29 anos, quase 8 em cada 10 negro. Isso não é estatística neutra. É a confirmação, ano após ano, de que a política de segurança pública baiana tem um alvo bem definido, ainda que nenhum plano de governo tenha coragem de escrever isso com todas as letras.

Porque aqui está o primeiro dado que interessa: **dos seis planos de governo protocolados no TSE para o governo da Bahia, a imensa maioria trata a morte de jovens negros pela polícia como estatística de sucesso ou com silêncio absoluto, nunca como o problema central a ser resolvido.**

Nos dois planos com mais chance real de vencer a eleição, o de Jerônimo Rodrigues (PT-BA) e o de ACM Neto (União), a segurança pública aparece acompanhada de palavras como **inteligência, tecnologia, efetivo e retomada de território. São propostas de gestão, não de ruptura com o modelo que já provou, ano após ano, matar sempre o mesmo tipo de gente.**

Jerônimo Rodrigues (PT), que busca reeleição, é o candidato competitivo que mais se aproxima de nomear o problema no papel. Seu plano tem uma seção específica dentro do capítulo de Igualdade Racial, chamada “Segurança Pública e Justiça Racial”, que promete expandir o plano estadual de redução da letalidade policial e fortalecer a Delegacia Especializada de Combate ao Racismo. No capítulo geral de segurança também aparece o compromisso de reduzir as Mortes Violentas Intencionais e de expandir as câmeras corporais junto com o reconhecimento facial, além de reforçar as corregedorias de polícia. É o plano mais completo em compromisso formal com a letalidade policial como algo a ser enfrentado. **Mas nomear no papel não é o mesmo que executar, e depois de quatro anos de Jerônimo, somados aos quase vinte anos do mesmo partido no comando do estado, a Bahia segue sendo quem mais mata pela mão da própria polícia no Brasil.** Até pouco tempo atrás, o próprio Prêmio por Desempenho Policial, o bônus de produtividade pago aos batalhões, nem contava as mortes causadas pela polícia.



Só em outubro de 2025 o governo anunciou que ia mudar essa conta. E o peso simbólico desse histórico remonta a Rui Costa, também do PT, que era governador quando a Chacina do Cabula matou 12 jovens negros em 2015 e reagiu comparando o policial armado a “um artilheiro decidindo em segundos como fazer o gol”.

ACM Neto (União Brasil) aposta puramente em mais câmara, mais drone e mais unidade de segurança máxima para isolar liderança de facção, sem qualquer proposta de investigar mortes causadas pela própria polícia. **Seu plano chega a nomear raça e idade com dado forte, mostrando que a Bahia lidera o país em jovens negros assassinados em números absolutos. Mas essa vítima negra e jovem aparece sempre como alvo do crime organizado, nunca da ação policial.** É uma nomeação que serve para justificar mais confronto e mais ocupação territorial, o oposto do que pede quem enterra esses jovens. Nomear quem morre não é a mesma coisa que nomear quem mata.

O nome que chega à cédula pela **Democracia Cristã** não é José Estêvão, cuja candidatura foi barrada em definitivo pelo TSE depois de uma disputa interna do partido, mas **Ariel Capistrano**. O plano dele nem chega ao nível de elaboração dos dois primeiros: a proposta de segurança pública cabe em nove frases soltas, sem diagnóstico, sem programa de prevenção para a juventude, sem uma palavra sobre racismo ou letalidade policial. Resume-se a um compromisso de três palavras: recuperar a segurança pública. É, paradoxalmente, um partido que carrega a palavra cristã no nome entregando o texto mais vazio de qualquer linguagem de dignidade humana entre os seis.

Ronaldo Mansur (PSOL/REDE) apresenta o plano mais detalhado em mecanismos concretos de responsabilização: fim do auto de resistência, perícia independente, controle externo da atividade policial, investigação autônoma do Ministério Público priorizando casos de crianças e adolescentes, e uma política de reparação psicossocial e indenização às famílias das vítimas, algo que dialoga direto com o que o Odara defende há anos. O texto nomeia a herança da doutrina do inimigo interno e o massacre cotidiano de jovens, negros e pobres em territórios favelados, e propõe desmilitarização com controle interno e externo, não a extinção da corporação.

Aroldo Félix (UP) vai além no diagnóstico: é o único plano que usa a palavra genocídio para nomear a morte da população negra pela polícia baiana. E não fica só na palavra, aponta de onde tiraria o dinheiro para sustentar outra política de segurança, propondo suspender o pagamento da dívida pública estadual, hoje acima de R\$ 30 bilhões, e redirecionar os juros e as amortizações para saúde, educação e moradia popular.

Maria Bona (PCO) radicaliza ainda mais a nomeação, falando em massacre do povo negro e em guerra contra o povo pobre, citando as mais de seis mil mortes por ano provocadas pela polícia em todo o país. Mas resolve pela ruptura total: dissolução da Polícia Militar e de todo o aparato repressivo, substituído por comitês de autodefesa dos trabalhadores, sem desenhar nenhuma instituição alternativa de investigação ou responsabilização.

Existe uma correlação que atravessa os seis planos, mas ela não é tão simples quanto parece à primeira vista. Jerônimo é o único, entre os dois favoritos, que nomeia formalmente a letalidade policial como algo a reduzir, dentro do próprio capítulo de igualdade racial do seu plano. Só que nomear no papel, depois de quatro anos de governo, não impediu que a Bahia seguisse líder nacional em mortes pela mão da própria polícia. ACM Neto nomeia raça, mas não letalidade policial. Ariel Capistrano não nomeia nada. E é nos planos com menos chance de vencer, PSOL, UP e PCO, que a situação vem detalhada de maneira mais completa, mais crua e mais amarrada a mecanismo concreto de responsabilização. Isso não é coincidência. É o retrato de um pacto ainda meio silencioso: ainda compensa mais prometer reduzir o número de mortes violentas nas estatísticas do que assumir, no texto, de quem é a vida que sustenta essa conta.



akan
kerusu
bab
pi
patan memperkenalkan
oa restunya. Saya dan
tu untuk meny



USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE A VIGILÂNCIA DESCONTROLADA E A FALTA DE CONTROLE DA ATUAÇÃO POLICIAL

O uso de tecnologias de vigilância na segurança pública da Bahia traz à tona um debate central sobre transparência, efetividade e o impacto do perfilamento racial no estado. O plano do atual governo prevê a expansão das câmeras corporais nas fardas policiais e do videomonitoramento inteligente. No entanto, relatórios especializados elaborados pelo Centro de Estudos de



Segurança e Cidadania² apontam que a eficácia dos dispositivos de câmeras corporais depende diretamente da clareza dos procedimentos e das regras de acionamento (se automático ou manual por decisão do agente, por exemplo). Em contrapartida, o videomonitoramento exige regulamentação, transparência e controle rígido da gestão dos dados, sob pena de provocar mais desigualdades raciais e violar direitos fundamentais da população em geral³.

Para que as câmeras corporais atuem de forma efetiva na redução da violência estatal, a literatura e experiências de outros estados indicam que a prioridade de alocação deve ser nos batalhões e grupamentos com maiores índices de confrontos e letalidade. Na Bahia, esse direcionamento é crítico, considerando que o próprio governador se vangloria de ter ampliado o efetivo policial em mais de 11 mil agentes, mas o número total de câmeras adquiridas é de apenas 1.263 (mil duzentos e sessenta e três). Agravando o cenário, o Ministério Público da Bahia apurou em outubro de 2025, que só 7,5% destes equipamentos estavam sendo utilizados (aproximadamente 94 body cams). Além disso, fez críticas severas ao critério de distribuição que foi iniciado pelos bairros e batalhões com maiores volumes de chamadas no 190, mesmo quando já havia o apelo da sociedade civil de que fossem alocadas prioritariamente nos batalhões e grupamentos que têm maior letalidade. O grave equívoco no critério inicialmente escolhido e a falta de transparência sobre como as imagens são auditadas, compromete a função de controle e monitoramento do uso da força pelos policiais.

Em contrapartida, a Bahia se consolidou como o estado brasileiro que mais destinou recursos para tecnologias de reconhecimento facial, com contratos que alcançaram cerca de R\$ 660 milhões, somando-se ao investimento de R\$ 260 milhões na estrutura do Centro de Operações e Inteligência (COI) 2 de Julho. Apesar do elevado montante financeiro, pesquisa do Centro de Estudos

² Lima, Thallita Gabriele Lopes Câmeras corporais [livro eletrônico] / Thallita Gabriele Lopes Lima, Pablo Nunes, Thaís Gonçalves Cruz. – Rio de Janeiro : CESeC, 2022.

³ NUNES, Pablo et al. Algoritmos e Direitos [livro eletrônico]: Reconhecimento Facial na Justiça Criminal. Rio de Janeiro: CESeC, 2026.



de Segurança e Cidadania (CESeC) e da Defensoria Pública da União (DPU) revela graves lacunas de governança e transparência no sistema baiano. Segundo o estudo, o estado não instalou avisos em locais públicos para informar à população sobre a captação e o processamento biométrico em curso, bem como, não se ocupou de produzir e divulgar relatórios públicos de impacto ou estatísticas sobre erros e abordagens indevidas decorrentes de falhas de identificação.

Estudos do *National Institute of Standards and Technology* (NIST) mostram que algoritmos de reconhecimento facial apresentam taxas de erro de 10 a 100 vezes maiores em rostos de pessoas negras, indígenas e asiáticas se comparados a rostos brancos. No Brasil, levantamentos apontam que cerca de 90% das pessoas presas por meio de tecnologias biométricas eram negras, demonstrando o risco iminente de automatizar e amplificar o racismo estrutural e as prisões injustas sem um controle social rigoroso. Considerando os vieses racializados deste tipo de tecnologia digital, seria imprescindível a realização de auditorias independentes ou protocolos específicos para mitigar racismo nos algoritmos, o que não é feito atualmente, nem é indicado por nenhum dos candidatos que propõem a ampliação do uso deste tipo de tecnologia. Essa opacidade é preocupante diante de evidências internacionais e nacionais.

O plano de governo de ACM Neto propõe aprofundar o modelo de vigilância por meio da expansão da Muralha Digital com reconhecimento facial para todas as cidades polo e principais rodovias do estado, além de incentivar a integração com sistemas de câmeras municipais e privadas.

Embora o candidato mencione a criação de uma *Lei de Governança Algorítmica*, a proposta concentra-se na ampliação da infraestrutura de cercamento eletrônico e captura de dados. O plano não apresenta evidências técnicas ou indicadores de como pretende corrigir a falta de transparência atual, garantir a auditabilidade dos bancos de dados ou impedir que a ampliação do videomonitoramento resulte na intensificação do perfilamento racial e na violação de direitos fundamentais.

A análise dos planos de governo dos demais candidatos revela como a discussão sobre racismo algorítmico, viés discriminatório e transparência

tecnológica é tratada de forma contrastante ou simplesmente ignorada.

Ariel Capistrano (DC) trata a tecnologia estritamente como ferramenta de ampliação do poder de coerção do Estado, omitindo qualquer debate sobre impacto racial ou governança de dados. O candidato foca no aumento do efetivo policial e na ampliação do sistema de videomonitoramento e inteligência, mantendo a lógica de expansão do aparato de vigilância sem contrapartidas de transparência e controle social.

Maria Bona (PCO), ao rejeitar todo o aparato repressivo do estado, não aborda a extinção ou regulamentação das ferramentas tecnológicas ou reformas graduais nos sistemas já implementados.

O plano de **Ronaldo Mansur** é o único entre as candidaturas analisadas que pauta explicitamente o combate ao racismo institucional na segurança pública como eixo central e aborda a necessidade de adoção de protocolos transparentes para operações e uso de câmeras por todos os policiais em serviço de rua, acompanhado do aprimoramento do controle externo das atividades policiais e da criação de órgãos de peritagem independentes. Contudo, não menciona o que fará com o já alto investimento realizado em videomonitoramento.

A ausência de metas e protocolos contra o perfilamento racial nos planos da maioria dos candidatos representa um grave ponto cego na percepção gestora destas tecnologias. Tratar câmeras, reconhecimento facial e inteligência artificial como soluções neutras ignora tecnologias alimentadas com dados viciados e operados sem protocolos que combatam o racismo algorítmico tendem a automatizar e multiplicar abordagens discriminatórias, prisões indevidas e a suspeição generalizada de territórios periféricos.

Governar o estado com os maiores índices de violência letal estatal do país sem apresentar propostas concretas para auditar bancos biométricos, publicar relatórios de erro e delimitar o uso da força policial, evidencia uma visão política que perpetua a lógica do confronto e desconsidera a proteção dos direitos fundamentais da população negra.





PROMESSAS DE PREVENÇÃO, PRÁTICAS DE CONTROLE: O MITO DAS POLÍTICAS PREVENTIVAS NOS PLANOS DE GOVERNO

Partindo da premissa que a questão da violência urbana é um fenômeno multicausal, o modelo tradicional e conservador de enfrentamento à violência centrado em uma estratégia repressiva tem se mostrado cada vez mais insuficiente, reflexo disso é a Bahia investir massivamente em policiamento ostensivo, aumento expressivo da tropa e militarização⁴ e, ainda assim, figurar como líder absoluta em homicídios dolosos do Brasil⁵.

⁴ Acesso em: <https://institutoodara.org.br/opiniaoodara-os-numeros-da-inseguranca-o-saldo-dos-20-anos-de-pt-na-gestao-da-seguranca-publica-na-bahia/>

⁵ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. Edição 20. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

O Odara - Instituto da Mulher Negra tem denunciado sistematicamente, a partir do Projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, a insuficiência e a falência do modelo de segurança pública apresentado pelas últimas gestões do governo do estado da Bahia e, ao mesmo tempo, feito uma série de recomendações para reduzir o cenário de violência letal em que estamos inseridas. **Para as mulheres negras da Bahia o caminho para tirar o estado da liderança de violência letal provocada por policiais é, sem dúvidas, apostar em políticas de prevenção.**

Compreende-se como política de prevenção no campo da segurança pública “o processo sistêmico e participativo, fundamentado na transversalidade das políticas públicas e na articulação institucional”⁶, pensado a partir da articulação entre justiça, direitos humanos, saúde, educação, empregabilidade, saneamento, cultura, etc capaz de produzir um ambiente comprometido com a cidadania, a justiça social, reparação e uma sociedade de Bem Viver.

Dessa forma, a partir da leitura e análise dos planos de governo das candidaturas ao Governo da Bahia, com o olhar voltado para identificar as políticas de prevenção e o papel da prevenção no campo da segurança pública, foi possível identificar muitos silêncios que, na verdade, são reveladores.

Maria Bona (PCO), sequer menciona qualquer proposta no âmbito da segurança pública, se limitando a defender a “dissolução do aparato militar” e, assim como **Aroldo Félix (UP)**, apresenta propostas que não estão inseridas no rol de competências de um/a governador/a. No caso de Aroldo Félix, especificamente, apesar de apontar o horizonte de desmilitarização que acreditamos como o método adequado para uma sociedade de bem-viver, as propostas apresentadas demonstram um descolamento do cenário político e social que vivemos atualmente, além de constitucionalmente incabíveis no âmbito estadual.

⁶ SILVA, Joubert Cesar da; PAZ, Ronne Gilvan Pereira. Políticas públicas de prevenção à violência no Brasil: desafios para além da repressão. Revista ft, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/politicas-publicas-de-prevencao-a-violencia-no-brasil-desafios-para-alem-da-repressao/>



Ariel Capistrano (DC), assim como Aroldo Félix, apresentou um documento muito sucinto e abstrato. No campo da segurança pública anunciou muito mais “metas” do que “propostas”, sem aprofundar o método, o posicionamento, o contexto, as fontes. Assim, apesar de apresentar propostas como investimentos em inteligência, tecnologia e videomonitoramento eletrônico, no campo da prevenção, o candidato apenas menciona *“Ampliação das ações de prevenção à violência”*, sem especificar de qual violência está tratando ou quais ações pretende ampliar.

Merece relevo a ideia de “prevenção” adotada por alguns candidatos que, ao invés de se basear em uma política pública multifacetada e intersetorial com foco em acesso à saúde, educação, saneamento, lazer, etc, adota um modelo de prevenção baseado na ideia de periculosidade “inata” a determinadas corporalidades, territórios e contexto social, promovendo ações armadas com o intuito de repressão e controle social. Assim, a prevenção surge como um controle prévio de um corpo, população ou território previamente rotulado como “perigoso”, “criminoso”, de “alta periculosidade”.

Nessa perspectiva, resta evidenciado que as propostas de “prevenção” no campo da segurança pública que indicam operações policiais rotineiras em territórios ou locais específicos, investimento em videomonitoramento ou policiamento comunitário são apenas estratégias de controle preventivo para impedir a circulação de determinados corpos docilizados e, muitas vezes, “neutralizados”, e essa posição nada tem a ver com a real prevenção.

Esse modelo altamente repressivo fica ainda mais evidenciado no plano de governo de **ACM Neto (União Brasil)**. O candidato aborda a prevenção por meio de uma estratégia agressiva. De um lado, foca no que nomeia de “eficácia operacional” com a concentração do poder de decisão sobre operações policiais na mão do governador, investimento em tecnologia de reconhecimento facial e videomonitoramento e inteligência policial para antecipar o cometimento de crime e, assim, reduzir a letalidade.

Neste ponto merece destaque duas propostas que, à primeira vista parecem inovadoras, mas carregam o mesmo viés repressivo, autoritário e racialmente tendencioso. A primeira é a expansão do reconhecimento facial com análise preditiva de padrões criminais para todos os 27 Territórios de Identidade da Bahia e a segunda é a implementação da “Lei de Governança Algorítmica do Reconhecimento Facial e da Vigilância por Drones” para regular e legitimar o uso de tecnologias de vigilância territorial.

Para começar, conforme mencionado acima, a Bahia já lidera os investimentos com videomonitoramento e estudos indicam que as taxas de erro de sistemas de reconhecimento facial chegam a ser até 100 vezes maiores para pessoas negras e/ou não brancas em comparação a pessoas brancas. Transpor esse instrumento para todo o território baiano, estado majoritariamente negro, agudiza o viés racializado e racista.

Um estudo de 2019 da Rede de Observatórios de Segurança Pública sobre o uso do reconhecimento facial na Bahia durante o Carnaval trouxe um dado alarmante: o sistema identificou mais de 1,3 milhão de rostos, gerando 903 alertas, 18 mandados e a prisão de 15 pessoas. Ou seja, 96% das notificações foram inúteis. Isso não é um detalhe técnico, é a prova de que “análise preditiva de padrões criminais” em escala massiva produz, na prática, gasto excessivo, controle de corpos e pouco resultado.

Além disso, mesmo sem considerar explicitamente a raça, essas tecnologias retroalimentam um sistema racialmente desproporcional já existente, vinculando indevidamente a pele preta a níveis de ameaça, “periculosidade” ou de maior “temibilidade”. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que quase 80% das vítimas de intervenções policiais letais são negras, então qualquer modelo “preditivo” treinado nesses dados reproduz, com uma fantasia de neutralidade, a mesma seletividade racial.

De outro lado, o candidato ACM Neto apresenta a ideia de “Pinça Social”, que integra serviços públicos estruturados através dos Centros Sociais Urbanos (CSU) em territórios vulneráveis, no que o candidato chama de Zona de Prioridade Máxima (ZPM) que devem ser ocupados de forma permanente pela



polícia comunitária – que apesar do nome fazer parecer algo mais leve, em síntese é investir em militarização e ocupação de territórios como estratégia de controle e contenção de corpos negros e empobrecidos.

Essas propostas de prevenção quando analisadas em conjunto, indicam que **ACM Neto** já possui um plano de segurança pública muito bem delimitado: investimento massivo em vigilância e militarização ostensiva nas ZPM (que ele não indica quais são ou como seriam definidas) para garantir a repressão de determinados territórios e o controle de determinados corpos. Considerando o viés racializado das tecnologias que pretende adotar, não é difícil identificar os alvos prioritários.

Em sentido muito parecido caminha **Jerônimo Rodrigues (PT)**, que, à primeira vista, faz parecer que seu plano de governo é uma aposta fincada na garantia e defesa de direitos. Mas o discurso se esfacela quando contrastado com os dados e as prioridades políticas defendidas pelo seu governo nos últimos 4 anos.

Em tese, a prevenção para o candidato petista é estruturada de forma transversal por meio da articulação intersetorial, combinando ações de garantia de direitos, inclusão socioproductiva e igualdade racial com policiamento orientado pela inteligência. Apesar de representar um avanço discursivo em relação a modelos puramente repressivos: reconhece explicitamente a dimensão territorial e racial da violência, cria programas de juventude, educação integral, menciona a redução da letalidade policial como um problema a ser enfrentado, mas, ao mesmo tempo, propõe expandir reconhecimento facial e videomonitoramento – duas tecnologias que, conforme apontado acima, são historicamente mais lesivas para a mesma população negra que o plano menciona proteger prioritariamente.

Quando o plano do candidato Jerônimo menciona “policiamento orientado pela inteligência”, traz a baila o mesmo problema estrutural que qualquer policiamento punitivo apresenta, pois apesar de vendido como atuação imparcial porque regulada por algoritmos, os algoritmos são alimentados por dados de um sistema que é socialmente racista. Assim, quando analisamos a



proposta de “Plataforma Estadual Integrada de Dados e Inteligência” do plano que propõe “qualificar a presença policial” a partir de dados históricos de criminalidade na Bahia, é possível identificar que essa plataforma será, por definição, treinada sobre as bases de décadas de um policiamento já concentrado nos territórios negros e periféricos do estado.

Ao invocar a “inteligência” para conduzir os rumos do policiamento na Bahia, o plano não elimina o viés racial anterior, pelo contrário, formaliza o viés discriminatório do policiamento ostensivo no estado, conferindo um verniz técnico e aparência de neutralidade. Neste ponto, ACM, Jerônimo e Ariel Capistrano caminham de mãos dadas.

Outro ponto que merece destaque é o Programa Bahia pela Paz que aparece como o eixo central da política de prevenção do governo Jerônimo Rodrigues na segurança pública baiana. O objetivo é fortalecer a proteção social justamente nos territórios mais vulnerabilizados pela violência, construindo o que o plano chama de uma agenda de paz com equidade, como uma saída para as questões de violência que não perpassam por respostas militarizadas.

Contudo, um levantamento produzido pelo próprio Instituto Odara mostra que esse discurso já se repetiu antes, sob outro nome: o Bahia pela Paz substituiu formalmente o “Pacto pela Vida”, instituído no governo de Rui Costa, que também prometia paz pactuada com a sociedade e não impediu que a proporção de mortes por intervenção policial na Bahia triplicassem entre 2014 e 2023. Apesar dos nomes diferentes, o problema estrutural permanece, com grandes investimentos sob a promessa de reduzir a letalidade, mas sem reflexão profunda sobre as raízes que levam a Bahia a ser o estado com a polícia mais letal do país.

A fragilidade central do Bahia Pela Paz é facilmente exposta: sua “alma” fala em equidade racial e proteção territorial, mas sua “obra” mantém o mesmo pilar tecnológico de reconhecimento facial, que a gestão petista já usou gastando mais de R\$ 600 milhões, mesmo diante de evidências de erro racial em um estado de maioria negra. **Enquanto o programa não vier acompanhado de mudanças estruturais reais seu “ineditismo discursivo” vai repetir a fórmula que tem ceifado vidas negras dia após dia nesse estado.**

Já para **Ronaldo Mansur (PSol)**, apresenta a proposta mais estruturalmente distinta entre os candidatos no campo da prevenção, pois recusa explicitamente o paradigma punitivista e militarizado que tem orientado a segurança pública baiana nas últimas décadas. O plano expõe a violência a partir de uma análise macrossociológica, como um subproduto direto da exclusão e do racismo estrutural.

O candidato propõe um giro estratégico real na estrutura de segurança, com desmilitarização e unificação das polícias em carreira civil, fim dos autos de resistência, ouvidorias e corregedorias externas, e uma nova política de drogas baseada em saúde pública e redução de danos. Contudo, essa proposta recai no mesmo equívoco cometido pelos candidatos Maria Bona e Aroldo Félix, pois depende de reforma constitucional e de correlação de forças no Congresso Nacional.

Por outro lado, o plano acerta ao tratar a prevenção como política de inclusão radical, articulando renda, cozinhas comunitárias, urbanização de favelas e universalização de creches como resposta ao que chama de “genocídio da juventude negra”, embora não explique como fará a transição para esse modelo de gestão.

Assim, de maneira geral, o que é possível extrair dos documentos analisados é que as candidaturas que possuem chances reais de vencer a eleição (ACM e Jerônimo) não enfrentam de maneira séria o cenário complexo de violência em que a Bahia está inserida, deixando até mesmo de mencionar a letalidade policial como um problema real, apresentando como novidade aparatos de controle ainda mais repressivos, a exemplo de vigilância e militarização dos territórios, e nomeando-os como “política de prevenção”.

Contudo, a ideia de prevenção adotada na maioria dos planos se mantém atrelada a lógica de controle preventivo, apostando em novas tecnologias com resultados igualmente racistas e seletivos; aqueles que rompem com a lógica punitivista e seletiva, a exemplo de Ronaldo Mansur e Aroldo Félix, não possuem propostas robustas e constitucionalmente viáveis no campo da segurança pública.

Falta aos planos dos candidatos atentar para as demandas e proposições que a sociedade civil tem apresentado ao longo dos últimos anos. É imprescindível que se abandone a lógica do confronto como principal base de enfrentamento à criminalidade porque os dados sobre as Mortes Violentas Intencionais evidenciam que ela não tem reduzido a violência, pelo contrário, tem incrementado os números de mortes com a alta letalidade das forças de segurança pública. O orçamento da Segurança Pública na Bahia tem crescido exponencialmente. Em 2020, era de 5,3 bilhões e para 2026 foi previsto 7,3 bilhões de reais, sendo que destes, 4,2 bi foram destinados à Polícia Militar – responsável eminentemente pela ações ostensivas – e 1,5bi para a Polícia Civil – responsável eminentemente por ações de inteligência. À Polícia Técnica foi destinado 540 milhões, o que explica a precariedade das apurações e resoluções de crimes violentos no estado que, conforme estudo do Instituto Sou da Paz é de apenas 13%⁷.

O Instituto Direito, Memória e Justiça Racial – IDMJR tem elaborado estudos sobre "Militarização Orçamentária" evidenciando como o orçamento público não é neutro e é manejado para materializar as escolhas políticas e governamentais. Segundo Fransergio Goulart e Giselle Fiorentino, "No caso da segurança pública, a concentração orçamentária no aparato repressivo indica que o Estado brasileiro vem privilegiando a expansão de sua capacidade penal como estratégia de administração dos conflitos sociais."⁸

Deste modo, é imprescindível pensar no **desinvestimento nas polícias** para descentralizar o aparato bélico estatal como eixo central da segurança pública e consequentemente conter a letalidade que afeta majoritariamente a população negra. A ideia central é a retirada de verbas públicas historicamente destinadas ao arsenal bélico, tecnologias de vigilância e policiamento ostensivo e redirecioná-las diretamente para políticas de assistência social, saúde mental, cultura, habitação e educação e outros direitos sociais. Como é possível verificar na análise dos planos de governo acima, especialmente dos candidatos com maior viabilidade de eleger-se na Bahia este ano, as propostas seguem orientando a segurança pública para a produção de mortes e não de vidas.

⁷ <https://soudapaz.org/crimes-contr-a-vida-nao-recebem-a-devida-atencao-do-poder-publico- apenas-36-dos-homicidios-foram-esclarecidos-em-2023-revela-pesquisa-do-instituto-sou-da-paz/>

⁸ <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/orcamento-publico-e-militarizacao-da-seguranca-prioridades-estatais-e-expansao-do-aparato-repressivo-nos-estados-brasileiros-2023-2026/>



Saiba mais sobre o Instituto Odara e seus projetos em:
institutoodara.org.br